



Multiescalaridade Urbana: Questões de escala nos estudos e políticas urbanas

Autores:

Andre da Soler - UFPR - andredasoler@hotmail.com

Fernanda Andrade dos Santos - UFPR - ferr.andradee.s@gmail.com

Resumo:

Refletir sobre as dimensões da lógica espacial urbana exige a incorporação de várias escalas de análise, de modo a apreender os diferentes níveis de atuação dos agentes produtores do espaço e as relações que desenvolvem. Contudo, se é possível dizer que os processos sociais que produzem o espaço se dão em múltiplas escalas, como fragmentar um contexto interligado para sua análise e intervenção? Buscando discutir esta questão, este ensaio explora a ideia de multiescalaridade urbana, utilizando-a como diretriz para uma compreensão das diferentes escalas de urbanização e as interações entre elas. A reflexão proposta parte da discussão conceitual concernente para abordar o processo de produção da escala na produção do espaço e como sua multiplicidade repercute sobre o urbano, inclusive morfologicamente. Por fim, são levantadas questões de política pública e governança. Conclui-se que pensar o urbano em sua multiplicidade escalar pode evidenciar os diferentes processos que o produz, permitindo novas leituras espaciais, novas percepções sobre a realidade e possíveis novas estratégias de atuação na elaboração de políticas e atividades de planejamento e gestão.

MULTIESCALARIDADE URBANA

Questões de escala nos estudos e políticas urbanas

INTRODUÇÃO

Com a configuração do capitalismo global atual, um mesmo ponto do espaço está articulado a diferentes processos, sob ação de diferentes agentes e em diferentes níveis escalares. Assim, a reflexão a respeito dos processos e dinâmicas que envolvem o urbano acaba por esbarrar em questões escalares. Se é possível dizer que os processos sociais que produzem o espaço se dão em múltiplas escalas, como fragmentar este contexto interligado? Esta é a razão pela qual os estudos urbanos devem considerar a multiplicidade escalar dos processos, uma vez que os mesmos repercutem morfológicamente sobre o espaço produzindo novas estruturas de organização territorial.

Neste sentido, reconhecendo que refletir sobre as novas dimensões da lógica espacial urbana exige a incorporação de várias escalas de análise, este ensaio busca explorar a ideia de multiescalaridade urbana, utilizando-a como uma espécie de diretriz ou orientação que conduz à compreensão das diferentes escalas da urbanização e as interações entre elas. Espera-se, dessa maneira, contribuir na reflexão sobre o espaço urbano contemporâneo, tanto em termos teóricos, no campo da pesquisa acadêmica, como práticos, no campo do planejamento e gestão.

A discussão aqui proposta está estruturada em quatro partes; primeiramente, de modo a apreender discussão científica acerca do conceito “escala”, resgatemos o panorama desenvolvido por autores consolidados como Iná Elias Castro (1995, 2014) e Andrew Herod (2011), partindo das três perspectivas principais por eles apresentada, a escala cartográfica, a escala geográfica e a escala como um instrumento analítico. A segunda parte discute o processo de produção da escala, sua multiplicidade e como a contemporaneidade trouxe uma dimensão multiescalar ao espaço. A terceira parte explora como esta multiplicidade escalar repercute sobre o espaço urbano em seus processos cotidianos e na sua materialidade. Por fim, a última parte estabelece a relação entre a multiescalaridade urbana e a formulação de políticas públicas, suas estratégias e efeitos para a nova realidade urbana mundial e brasileira.

DEFINIÇÕES – O QUE É A ESCALA?

Embora a escala seja “por natureza multiplicidade e como tal, irredutível a um princípio único” (BOUDON, 1991, p. 186)¹, serão abordadas nesta seção três perspectivas escalares principais: a escala cartográfica, a escala geográfica e a escala como instrumento analítico.

Para isso, tomamos como ponto de partida a discussão realizada pela geógrafa Iná Elias de Castro (1995, 2014). A autora apresenta que a escala como recurso matemático dentro do campo da cartografia é, essencialmente, uma proporção entre medidas, uma fração que indica a relação entre o real e aquilo que é representado graficamente. Entretanto, dadas as possibilidades de sentido que o termo pode assumir, Castro aponta que não se deve simplificar a conceituação de escala a um sentido puramente matemático, como uma medida cartográfica.

Na pesquisa científica, por exemplo, a escala assume um papel estratégico para apreensão da realidade, na medida em que define o campo empírico da pesquisa e, portanto, os fenômenos que dão sentido ao recorte proposto pelo pesquisador. Segundo a autora, embora este recorte possa ser representado graficamente, os níveis de abstração utilizados para interpretar o real – que pode ser o lugar, a região, o território nacional, o mundo – diferem completamente da objetividade de um mapa (CASTRO, 1995).

Ao se debruçar sobre a questão epistemológica e metodológica da escala, Castro (2014) aponta as contribuições do geógrafo francês Yves Lacoste (1976)² como uma referência fundamental na discussão do papel heurístico da escala – seu papel para a descoberta e investigação de fatos.

Para Lacoste, a visibilidade dos fenômenos corresponde às mudanças de escala, isto é, um fenômeno que está representado em determinada escala, quando representado em outras escalas, pode se tornar invisível ou ter seu significado modificado. Por exemplo, a escala para a análise de fenômenos climáticos ou econômicos, que envolvem o mundo, não será a mesma para os processos de erosão, que não podem ser observados em representações cartográficas planetárias (LACOSTE, 1976). O autor explica que certos raciocínios não podem se formar se os fenômenos não forem examinados em diferentes escalas.

A contribuição de Lacoste é relevante por ressaltar que é a multiplicidade escalar que torna visíveis características e conteúdos dos fenômenos do real. Contudo, Castro (2014) critica o fato de Lacoste, em sua discussão, associar o conceito de escala, principalmente, à ideia de representação cartográfica, restringindo seu significado a uma medida de superfície.

Buscando avançar nesta discussão e libertar a noção de escala da cartografia, a autora faz referência ao geógrafo francês Christian Grataloup (1979). Segundo Castro (2014), esse autor discute a dificuldade de traçar os limites entre duas abordagens: a escala como

¹ BOUDON, Philippe. *De l'architecture à l'épistémologie. Le problème de l'échelle*. Paris: PUF, 1991.

² LACOSTE, Yves. *La géographie, Ça sert d'abord, pour faire la guerre*. Paris: LA DECOUVERTE, 3, 1976.

recorte empírico do espaço (escala cartográfica) e a escala na perspectiva das ciências sociais (escala geográfica).

De acordo com Grataloup, a representação cartográfica tem o objetivo de mapear fenômenos e localizá-los, contudo, a investigação dos fenômenos não se limita apenas ao estudo das localizações. Sendo assim, a compreensão da escala na produção de um mapa, que é um processo empírico e que não passa por um estágio conceitual (CASTRO, 1995), difere da compreensão da escala na investigação dos fenômenos do real. Essa contribuição foi fundamental para explicitar que a escala cartográfica não se confunde com a escala espacial social, ou seja, a escala geográfica.

O interesse em diferenciar os sentidos cartográfico e geográfico da escala e sua utilização enquanto instrumento analítico se estendeu ao longo da década de 1980. Teóricos do campo da geografia econômica e política começaram a confrontar o que, até então, eram entendimentos tradicionais desta temática (MARSTON, JONES e WOODWARD, 2005).

Segundo Andrew Herod (2011), os escritos dos geógrafos Peter Taylor (1981)³ e Neil Smith (1984/1990)⁴ e, posteriormente, do antropólogo Anthony Giddens (1984)⁵, exploraram a perspectiva de que o processo de definição das escalas, como instrumento analítico ou na formulação de políticas, parte de uma base material, ou seja, as escalas não são definidas de maneira inconsciente.

De acordo com este raciocínio, esses autores apresentam que a produção da escala não é natural, não é uma conveniência mental e nem uma forma lógica de dividir o mundo. As escalas são socialmente produzidas e a definição das escalas influenciam e repercutem na vida social (HEROD, 2011).

Essas proposições foram fundamentais para a discussão da questão epistemológica e metodológica da escala e influenciaram o caráter da teorização escalar nas décadas subsequentes (MARSTON, JONES e WOODWARD, 2005).

Castro explora essa questão ao salientar que, na pesquisa, nem os fenômenos e nem a escala de análise são um acaso, “mas escolhas intelectuais fortemente influenciadas pelas matrizes teóricas dos pesquisadores e pelos seus contextos sociais” (p.88, 2014).

É nesse sentido que Zioni et al (2007), referenciando Harvey (1980)⁶, afirma que a questão da escala atravessa a relação entre os processos sociais e formas espaciais, os quais estão imbricados de tal maneira que são indissociáveis; assim, tentar separá-los ou distingui-los, mesmo que apenas para efeito de análise, torna-se uma problemática.

Castro (2014) reforça esta conclusão ao afirmar que os ensaios classificatórios que estabelecem recortes espaciais - que, na atualidade, vão do corpo ao mundo - são utilizados,

³ TAYLOR, Peter. *Geographical scales within the world-economy approach*. Review, v.5, n.1, 3-11, 1981.

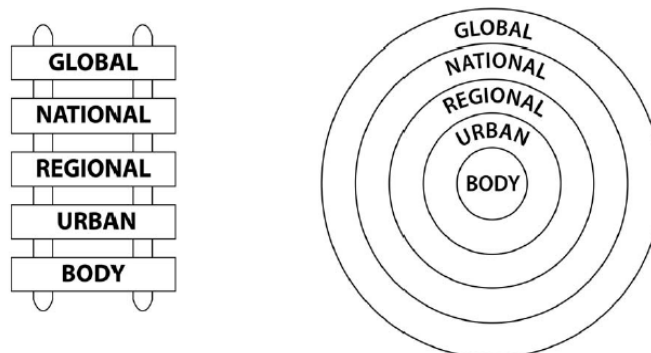
⁴ SMITH, Neil. *Uneven Development: Nature, Capital and the Production of Space*, Oxford: BLACKWELL. 1984.

⁵ GIDDENS, Anthony. *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*. Berkeley and Los Angeles: University Of California Press. 1984.

⁶ HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: HUCITEC, 1980.

didaticamente, como um recurso para abordar o real. Contudo, a autora salienta que fixar hierarquias escalares nos processos de investigação e pesquisa, como os modelos de escada ou de círculos concêntricos (Figura 1) esquematizados por Herod (2011), é uma armadilha no uso da escala como instrumento analítico e contradiz sua importância.

Figura 1 - A escala como uma escada e como círculos concêntricos.



Fonte: HEROD (2011).

A autora afirma ainda que não se pode estabelecer uma escala mais ou menos válida, mais ou menos importante, uma vez que a realidade está em todas elas. A escala de análise é um instrumento que dá visibilidade a parte do real, ou seja, não é a realidade propriamente dita, mas sim uma projeção fragmentada de um contexto mais amplo (CASTRO, 1995).

Por sua vez, Herod (2011) faz referência às reflexões de Swyngedouw (1996, 1997a, 1997b)⁷, apontando para o fato de que as extremidades opostas do espectro escalar - local e global - que já foram consideradas como domínios separados perante a hierarquia escalar tradicional, estão profundamente interligadas e integradas na contemporaneidade.

Isto reafirma a ideia de Castro (2014) de que, ao considerar a escala como instrumento analítico no processo de investigação, o desafio se encontra no exercício de articular a interpretação dos fenômenos em diferentes escalas (CASTRO, 2014). Por fim, retomando Boudon (1991), considera-se que a escala se caracteriza, sobretudo, por sua multiplicidade, não se limitando a um único princípio ou significado.

Esta seção se dedicou a caracterizar as perspectivas escalares cartográfica, geográfica e analítica em uma discussão conceitual. Na próxima seção se será desenvolvida uma aproximação entre escala e a produção do espaço em si, refletindo-se sobre como a compreensão espacial deve considerar a multiplicidade escalar.

⁷ SWYNGEDOUW, Erik. Reconstructing citizenship, the re-scaling of the state and the new authoritarianism: Closing the Belgian mines. *Urban Studies*, v. 33, n.8. 1499-1521, 1996.

SWYNGEDOUW, Erik. Excluding the other: The production of scale and scaled politics. (167-176). In: ROGER, Lee; WILLS, Jane (org.). *Geographies of Economies*. London: ARNOLD, 1997a.

SWYNGEDOUW, Erik. Neither global nor local: 'Glocalization' and the politics of scale (137-166). In: COX, Kevin (org.). *Spaces of Globalization: Reasserting the Power of the Local*. New York: GUILFORD PRESS, 1997b.

A MULTIPLICIDADE ESCALAR NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

A realidade, enquanto espaço geográfico em si, é produzida. Partindo de uma perspectiva “lefebvriana”, conforme traz Carlos (2016), entende-se que a partir do momento que o homem domina e transforma a natureza em algo que é próprio do humano, produz-se o espaço. A natureza, assim, é condição para a “realização da vida no planeta, meio através do qual o trabalho se realiza, até assumir a condição de criação humana (...)” (p. 63). Segundo a autora, portanto, produzir a vida significa produzir o espaço.

Corrêa (2016), por sua vez, ressalta que o espaço é produto da ação de agentes sociais concretos, cujas práticas materializam-se na forma do ambiente construído, como a rede urbana, por exemplo. Estes agentes devem ser entendidos dentro de sua temporalidade e espacialidade - possuem seus interesses, estratégias, escalas de atuação e são geradores de conflitos e de contradições, refletindo as necessidades e possibilidades sociais de cada formação socioespacial.

Santos e Silva (2014), resgatando Lefebvre e estudos posteriores de outros autores, sintetizam o espaço como produto das relações sociais humanas dentro de um modo de produção capitalista. O espaço deve ser entendido como algo em constante produção e transformação; não é fixo. Sendo reflexo da organização social, é carregado pelas contradições e conflitos entre os agentes de sua produção - agentes que vão atuar em diferentes escalas espaciais e temporais.

Ou seja, existe uma diferenciação vertical das relações socioespaciais. Brenner (2013) reforça esse entendimento ao pontuar que essas relações se articulam hierarquicamente em diferentes níveis escalonados. Estes níveis distintos não são fixos ou permanentes, pelo contrário, sendo socialmente produzidos, são dinâmicos e maleáveis conforme os processos se diferenciam. As escalas seriam resultado desta diferenciação e, portanto, só podem ser apreendidas de modo relacional, a partir da análise dos processos que as produzem e dentro de suas respectivas configurações interescares.

Conforme Zioni et al (2007), os processos sociais são em sua grande maioria transescalares. Não é possível, assim, estabelecer escalas únicas de uma determinada ação, pois estas estão articuladas a processos mais amplos que atravessam diferentes escalas. Não se pode, portanto, reificar as escalas, como se fossem fixas e anteriores aos processos. Elas são construídas através das interações sociais, estando associadas às suas transformações.

Assim, não existe escala geográfica no singular, pois qualquer uma delas deve ser tomada em relação ao seu processo de origem e seus outros níveis de rebatimento. Brenner (2013) critica visões que enxergam as escalas como mutuamente excludentes ao invés de mutuamente complementares. Destaca, inclusive que os vocabulários escalares existentes não são suficientes para apreender as complexas e dinâmicas interconexões e interdependências entre as escalas geográficas. Termos como local, urbano e regional denotam, nas palavras do autor, “ilhas territoriais, supostamente separadas, de relações sociais” (BRENNER, 2013, p. 208), ocultando a articulação mútua de todas as escalas.

A articulação entre elas se dá conforme as relações produtivas vigentes e a estrutura social vigente. Endlich (2012) destaca que a produção das escalas acompanhou o modo de produção capitalista. Os agentes produtores do espaço operam em diferentes escalas. Conforme o capital (e os agentes do capital) alcançou uma nova escala de produção, foi possível tornar esta uma escala geográfica de referência. Assim, se hoje é possível falar de uma escala global, é exatamente porque existem agentes produtivos atuando nesse nível.

A globalização, enquanto fenômeno formador de um mercado unificado e de empresas mundializadas, levou a um enfraquecimento do papel do Estado. Este novo mercado, que trabalha sob uma escala global, impõe novas escalas produtivas que tendem a gerar reagrupamentos territoriais. (SANTOS, 1994)

Santos (1994) reconhece um novo modo de construção do espaço e dos territórios, que podem ser formados tanto por lugares contínuos quanto em redes. Através das, denominadas pelo autor, horizontalidades - domínios contínuos e vizinhos - ou verticalidades - redes, descontínuas, móveis e fragmentadas - formam-se novos recortes espaciais. Os mesmos pontos, assim, podem conter funcionalizações diferentes, que ora convergem, ora são opostas.

Brenner (2013) associa estes processos de reestruturação geoeconômica a uma reorganização dos ordenamentos escalares – um fenômeno que ele denomina de “reescalonamento” – em que ocorre um reajuste das hierarquias tradicionais e das relações interescolares em todo o capitalismo global, levando a uma situação de instabilidade escalar. Este reescalonamento está articulado com outras mudanças nas formas de estruturação socioespacial, como os processos de territorialização, de produção espacial, de formação de redes, entre outros.

Haesbaert (2007) aponta para a presença de diferentes tipos de territórios coexistindo no mundo contemporâneo – territórios políticos, econômicos, culturais e naturais - numa existência integrada do espaço, articulados em múltiplas escalas, do local ao global. Trata-se de territórios-rede, descontínuos, mas intensamente conectados e articulados entre si.

Santos (1996) ressalta que, a partir destes territórios-rede, permite-se que a teia de troca de informações, bens e conhecimentos sejam dinâmicas e não presas às barreiras físicas e normativas tradicionais, o que se mostra mais adequado às complexas relações espaço-temporais que envolvem a sociedade contemporânea. Nesse contexto, expressões como “local-global” se proliferam. Um mesmo ponto do espaço, portanto, está articulado a diferentes processos, sob a ação de diferentes agentes e em diferentes níveis escalares. Se é possível dizer que os processos sociais que produzem o espaço se dão em múltiplas escalas, como fragmentar um contexto interligado?

Como já destacado anteriormente por Castro (2014), a escala, enquanto instrumento de análise utilizado pelo pesquisador para evidenciar aspectos de uma determinada realidade, não deve anular as articulações ali existentes com as outras escalas geográficas, com processos que talvez estejam ocultos naquele nível de análise.

Diante da discussão apresentada, fundamentada por diversos autores, entende-se que o espaço é relacional e que a multiescalaridade dos processos que o produzem é um fator que deve ser levado em consideração dentro da pesquisa e análises espaciais. Isso leva o questionamento para o espaço urbano, foco da próxima seção deste texto. Sendo o espaço urbano produzido por processos multiescalares, como pode se dar a leitura e abordagem sobre estas realidades?

MULTIESCALARIDADE URBANA

Na reestruturação dos processos sociais que a sociedade contemporânea vive o urbano deixa de ser uma dimensão escalar evidente. Isto demanda dos pesquisadores repensar a questão urbana, de modo a relacioná-la diretamente com os múltiplos processos de reescalonamento infraurbanos e supraurbanos. O urbano deve ser analisado tanto em suas relações horizontais como verticais, reconhecendo as novas hierarquias que não mais necessariamente seguem o padrão anterior (BRENNER, 2013).

De fato, conforme aponta Lencioni (2006), as tradicionais relações entre local, regional, nacional e internacional se redefinem na contemporaneidade, deixando de valer a hierarquia piramidal que tem o local como base e o global no topo. O urbano deixa de ser apenas um nível encaixado entre os níveis nacional e local, devendo ser visto também como produto de redes interescalares, que vinculam lugares em diferentes dimensões (BRENNER, 2013).

Esta reestruturação escalar dos processos sociais tem repercussões morfológicas sobre o espaço, imprimindo novas estruturas de organização territorial. Lencioni (2017) denomina esse processo de metropolização do espaço, um estágio mais avançado da urbanização, que confere características metropolitanas ao território de maneira geral, não necessariamente vinculado a alguma metrópole de fato. Diluem-se os limites urbanos tradicionais e as relações do urbano com sua região, possibilitando novas formas de aglomeração e arranjo da população, produzindo novas morfologias urbanas.

Moura (2016), por sua vez, ressalta que esses novos arranjos populacionais conformam configurações espaciais de diferentes características, conjugando diversas cidades em extensas regiões urbanas, articuladas e densas, por onde passam fluxos de distintas qualidades. Limites tradicionais, unidades administrativas e fronteiras nacionais são transcendidas, tornando mais complexas as relações no urbano.

A escala da dimensão da superfície do terreno deve ser transcendida para que absorva desde os fluxos imateriais, inseridos em uma lógica virtual e, muitas vezes, global, até a escala do corpo humano dentro do espaço humano, dimensão oculta nas discussões urbanas (LENCIONI, 2017). A incorporação de uma visão multiescalar na análise da realidade permite a apreensão das novas dimensões da lógica espacial.

Assim, pode-se falar de uma multiplicidade escalar do urbano, uma **multiescalaridade urbana**, conceito que permite a compreensão das diferentes escalas da urbanização e as interações entre elas. Para Moura (2016), isso exige a superação da

“condição socioespacial limitada, nodal, centrada na categoria cidade, em favor de uma visão mais abrangente” (p. 85), o que permite reconhecer as novas morfologias espaciais e suas articulações. A investigação e pesquisa deve considerar as relações inter e intraescalares, readequando seu objeto frente às novas dinâmicas territoriais.

Nesse sentido, Sposito (2016) ressalta que as cidades não podem ser entendidas isoladas das redes urbanas que compõem, pois, cada elemento desta representa funções e especificidades relativas a um conjunto. O mesmo pode ser dito para as escalas intraurbanas, onde cada rua, lote e quadra possui características que os singularizam em relação aos outros, mas que só podem ser compreendidas tomando a totalidade urbana.

A autora trata especificamente de métodos para a pesquisa comparada, mas suas contribuições valem para o tema aqui trabalhado, em especial quando se trata da necessidade de articulação entre as escalas geográficas. Mais do que um recorte para uma análise, as escalas precisam ser entendidas como dimensões por onde diferentes agentes se movimentam, combinando interesses locais, regionais e mundiais. Processos tidos como gerais, particularizam-se e singularizam-se localmente, conforme se articulam as escalas (SPOSITO, 2016).

Massey (2008) contribui para esta discussão, salientando que operar com a espacialidade de maneira democrática exige um exame minucioso do jogo das relações sociais que a constroem. Multiplicidade, antagonismos e temporalidades contrastantes são a natureza de todos os lugares. Nas grandes cidades pós-globalização, pela heterogeneidade de trajetórias e a mistura cultural, tais relações assumem maior complexidade.

Nas palavras de Moura (2016), na contemporaneidade o urbano é “um urbano que desafia a teoria urbana” (p. 106); diverso, desigual, conectado e excludente. Um urbano onde há muito a ser explorado e compreendido – um desafio para os pesquisadores atuais.

Assim, os estudos da organização espacial, econômica e política do espaço urbano não podem ignorar a totalidade de escalas em que os processos territoriais vão se realizar. Uma perspectiva multiescalar sobre a leitura do espaço urbano permite a incorporação dos processos endógenos e exógenos na formação do raciocínio e reflexão, reconhecendo as contradições entre o local, regional, nacional e global (e todas as possíveis escalas) e conectando as diferentes esferas de poder que atuam sobre o espaço. A apreensão multiescalar pode evidenciar elementos e relações que corroboram para a interpretação e análise de determinadas estruturas e dinâmicas da realidade.

MULTIESCALARIDADE E AS POLÍTICAS URBANAS

Conforme explanado, a conjuntura multiescalar da produção do espaço urbano contemporâneo gera rebatimentos nas suas características morfológicas. A estrutura da organização territorial se modifica, levantando questões práticas de gestão e planejamento sobre estas novas territorialidades e os processos que as produzem.

O atual desenho das políticas urbanas brasileiras, vinculado às instâncias administrativas, acaba por omitir a dimensão multiescalar dos processos sociais. A Constituição Federal de 1988 valoriza o processo de planejamento urbano por meio da política pública municipal – agora definido como ente federativo. Embora determinadas questões urbanas tenham seu campo de disputa na esfera local-municipal, estas articulam-se com outras escalas de atuação e outras instâncias políticas. A restrição de atuação político-administrativa leva a uma redução da complexidade das práticas sociais, restringindo a atuação e promoção dos interesses de movimentos sociais que se articulam transescalarmente, por exemplo. (ZIONI et al, 2012)

Moura (2016) destaca que fenômenos espaciais como o metropolitano, as cidades-região e aglomerações transfronteiriças entram em conflito com a estrutura político-administrativa estatal, baseada em unidades autônomas, cujas divisas não acompanham estas novas categorias geográficas. Atividades de planejamento e gestão das funções públicas são limitadas, restringindo a governança. No caso dos arranjos de fronteira, o desafio é ampliado diante da pouca vigência de políticas nacionais e internacionais de integração regional.

Além da governança, o próprio processo de avaliação de políticas públicas, quando centrado em uma escala única, acaba perdendo referenciais e parâmetros externos que permitam verificar sua eficácia em um contexto mais amplo. De maneira oposta, políticas gerais, de caráter regional, estadual ou nacional, tem sua efetivação singularizada em cada localidade, devendo ser analisada conforme o contexto específico daquela realidade frente ao mais amplo no qual se insere (ZIONI et al, 2007).

Retorna-se ao questionamento anteriormente feito: como fragmentar um contexto interligado? Vainer (2002) discute sobre qual escala seria pertinente ou prioritária para uma ação política eficaz. Revisando os debates entre as correntes que defendem abordagens em diferentes dimensões escalares (globalistas, nacionalistas e localistas), o autor ressalta que os processos, sejam econômicos, políticos, sociais e culturais possuem aspectos transescalares. As próprias escalas não estão ontologicamente dadas, pois são produzidas nestes processos profundamente heterogêneos. As cidades, ainda que apreendidas localmente, não podem ser percebidas em sua totalidade sem um olhar para as articulações regionais, nacionais e internacionais. Nas palavras do autor: “qualquer projeto (estratégia?) de transformação (...) exige táticas em cada uma das escalas em que hoje se configuram os processos sociais, econômicos e políticos estratégicos” (VAINER, 2002, p.25).

Por meio das disputas e do cotidiano, os processos de estruturação escalar são constituídos e retrabalhados continuamente (HEROD, 2011). Os processos de reescalonamento, como aponta Brenner (2013), são mediados por relações de poder assimétricas e conflituosas, por isso, as escalas nunca são definidas “de uma vez por todas”; elas são constantemente restabelecidas através da práxis (HEROD, 2011).

Assim, a articulação das escalas territoriais é uma questão essencial no campo de elaboração e aplicação de políticas públicas. Pensar na organização de um sistema de governança de caráter interfederativo, articulado, de cunho participativo e capaz de responder às diversas demandas sociais, a desigualdade e a fragmentação territorial é

desafiador (MOURA, 2016). A incorporação de uma perspectiva multiescalar na elaboração de políticas públicas, assim como nas atividades de planejamento e gestão, pode dar respostas mais adequadas à realidade urbana contemporânea e suas atuais demandas.

A exemplo, o planejamento urbano pode assumir diferentes dimensões escalares. O planejamento subversivo, formulado inicialmente por Friedmann (2011)⁸, no final dos anos 1980, e discutido por outros autores posteriormente (SANDERCOCK, 1998; BEARD, 2002), reconhece, em primeiro plano, as práticas cidadãs como formas de planejamento (MIRAFTAB, 2016). Este tipo de planejamento - pautado na escala do cotidiano - confrontou o planejamento urbano tecnocrático e racional utilizado, em determinados contextos, como instrumento do Estado, ou seja, em uma escala institucional (RANDOLPH, 2014).

Por outro lado, perspectivas em escalas mais abrangentes também podem evidenciar novos elementos de planejamento e gestão, como explora Sassen (2007), ao propor o aproveitamento da diversidade econômica encontrada na mega-região. A autora explica como esta escala pode se beneficiar da complementaridade de múltiplos tipos de economia, desde as extremamente especializadas, como serviços corporativos avançados, às mais modestas, como os parques de oficinas manufatureiros.

As características de cada realidade urbana exigem estratégias de intervenção diferenciadas, articuladas com as escalas da urbanização e a interação entre elas. Sendo assim, como pontua Moura (2016), para o desencadeamento de mudanças verdadeiras, orientadas em prol da autonomia e equidade, são necessárias políticas que incorporem as mutações urbanas de diferentes escalas, em seus mais variados processos.

A reorganização das hierarquias escalares é uma estratégia de lutas sociais por ganho de poder, em que alguns agentes podem se sobressair sobre outros, criando geografias de inclusão e exclusão. Por isso, a superação de uma linguagem monodimensional da escala mostra-se cada vez mais necessária para que respostas mais adequadas sejam dadas aos problemas socioespaciais do urbano (BRENNER, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos elementos teóricos levantados e da reflexão que aqui se desenrolou, observou-se que as relações e processos sociais que produzem o espaço urbano articulam-se em diferentes níveis escalares, muitas vezes transpassando entre eles. Estes níveis escalares, portanto, são produzidos socialmente e devem ser apreendidos de maneira relacional, e não de modo isolado. Este entendimento exige repensar o urbano enquanto um nível de análise independente, tendo em vista que se trata de um produto de processos e relações multiescalares, e não pode ser entendido em sua totalidade como se fosse autônomo.

Além disso, as transformações contemporâneas na produção escalar do espaço tem rebatimentos na materialidade urbana, com o surgimento de novas configurações morfológicas e territoriais. Limites tradicionais são transpostos e as relações das cidades entre si se potencializam, seja regionalmente como na formação de redes internacionais. O

⁸ FRIEDMANN, John. *Insurgencies: essays in Planning Theory*. New York: ROUTLEDGE. 2011.

urbano contemporâneo torna-se mais complexo – assim como a leitura de sua realidade. Fato que reflete na limitação das políticas urbanas atuais, atreladas a um sistema administrativo baseado em níveis escalares isolados, que acaba por omitir essa multiescalaridade dos fenômenos urbanos.

Assim, este ensaio se propôs a apresentar e discutir sobre a multiescalaridade urbana, na tentativa de trazer subsídios para uma reflexão mais profunda sobre o urbano contemporâneo e suas particularidades. Conclui-se que pensar o urbano em sua multiplicidade escalar contribui para evidenciar os diferentes processos que o produz, permitindo novas leituras espaciais e novas percepções sobre a realidade. Essa perspectiva multiescalar possibilita, ainda, a formulação de novas estratégias de atuação na elaboração de políticas e atividades de planejamento e gestão, que podem ser mais adequadas e darem respostas diferentes às demandas urbanas atuais.

REFERÊNCIAS

- BEARD, Victoria A. Covert Planning for Social Transformation in Indonesia. *Journal of Planning Education and Research*, v. 22, n. 1, 15-25, set. 2002.
- BRENNER, Neil. Reestruturação, Reescalamento e a Questão Urbana. Tradução de: SANFELICI, D.; HEBERLE, K. *GEOUSP - espaço e tempo*, São Paulo, n. 33, 198-220, 2013. Título original: Restructuring, Rescaling and the Urban Question. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74311/77954>. Acessado em: 25 abr. 2018.
- CARLOS, Ana Fani A. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. (53-73) In: Carlos, Ana Fani A.; Souza, Marcelo Lopes; Sposito, Maria Encarnação B. (org.). *A Produção do Espaço Urbano: Agentes e Processos, Escalas e Desafios*. 1 ed. São Paulo: CONTEXTO, 2016.
- CASTRO, Iná Elias de. Escala e pesquisa na geografia. Problema ou solução? *Espaço aberto*. PPGG - UFRJ, v. 4, n.1, 87-100, 2014.
- CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo César da Costa. *Geografia, conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 117-40.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. (41-51) In: Carlos, Ana Fani A.; Souza, Marcelo Lopes; Sposito, Maria Encarnação B. (org.). *A Produção do Espaço Urbano: Agentes e Processos, Escalas e Desafios*. 1 ed. São Paulo: CONTEXTO, 2016.
- ENDLICH, Angela Maria. Escala e Território: A Perspectiva do Município no Brasil. *Scripta Nova, Barcelona*, n. 418, v. 16, 2012.

- HAESBAERT, Rogerio. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. (165-206). In: Castro, Iná Elias de; Correa, Roberto Lobato; Gomes, Paulo Cezar da C. (org.). *Geografia: conceitos e temas*. 10 ed. Rio de Janeiro: BERTRAND BRASIL, 2007, p. 165-206.
- HEROD, Andrew. *Scale*. Nova York: ROUTLEDGE, 2011.
- LENCIONI, Sandra. *Metrópole, metropolização e regionalização*. 1 ed. Rio de Janeiro: CONSEQUÊNCIA EDITORA, 2017.
- MARSTON, Sallie A.; JONES John Paul; WOODWARD, Keith. Human geography without scale. *Transactions of the Institute of British Geographers, New Series*, v.30, n.4, 416-432, 2005.
- MASSEY, Doreen. *Pelo Espaço: Uma nova Política da Espacialidade*. 1 ed. Rio de Janeiro: BERTRAND BRASIL, 2008.
- MIRAFATAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*. Recife, v.18, n.3, 363-377, set.-dez. 2016.
- MOURA, Rosa. Como pensar o urbano na América do Sul?. (83-114). In: Firkowski, Olga Lúcia C. de F. et al (org.). *Estudos Urbanos Comparados: Oportunidades e Desafios da Pesquisa na América Latina*. San Miguel de Tucumán: UNIVERSIDAD NACIONAL DE TUCUMÁN, 2016.
- SANDERCOCK, Leonie. Framing Insurgent Historiographies for Planning. (1-35). In: Sandercock, Leonie (org.). *Making the invisible visible: a multicultural planning history*. Berkeley: UNIVERSITY OF CALIFORNIA PRESS, 1998.
- SANTOS, Milton. O retorno do território. (15-20). In: Santo, Milton; Silveira, Maria Laura; Souza, Maria Adélia (org.). *Território: globalização e fragmentação*. 1 ed. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- SANTOS, Elizete de Oliveira; SILVA, Francisco Antonio C. Revisitando o conceito de escala na geografia. *Bol. geogr.*, v. 32, n. 3, 16-27, set/dez. 2014.
- SASSEN, Saskia. El reposicionamiento de las ciudades y regiones urbanas en una economia global: ampliando las opciones de políticas y gobernanza. *Revista eure*, vol. 33, n. 100, 9-34, 2007.
- SPOSITO, Maria Encarnação B. Oportunidades e Desafios da Pesquisa Urbana Comparada (25-60). In: Firkowski, Olga Lúcia C. de F. et al (org.). *Estudos Urbanos Comparados: Oportunidades e Desafios da Pesquisa na América Latina*. San Miguel de Tucumán: UNIVERSIDAD NACIONAL DE TUCUMÁN, 2016.

VAINER, Carlos Bernardo. As escalas do poder e o poder das escalas o que pode o poder local?. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, v. 16, n. 1, 13-32, 2002.

ZIONI, Silvana. et al. Avaliação de Políticas Urbanas e Escalas. *Fórum de Pesquisa FAU*. MACKENZIE, 3, 2007. Disponível em: http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/FAU/Publicacoes/PDF_IIIForum_b/MACK_III_FORUM_SILVANA_ZIONI.pdf. Acessado em: 25 abr. 2018.